
Comunicação Legislativa: Métodos de Comunicação para a Câmara Municipal de São João Nepomuceno–MG¹

Marco José de Souza ALMEIDA²

Denise Mendes de Souza GONÇALVES³

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Resumo

O presente estudo visa analisar e estimular a comunicação interna e externa da Câmara Municipal de São João Nepomuceno – MG, através de uma pesquisa de recepção direcionada aos cidadãos. No contexto da comunicação multiplataforma, pretendemos analisar, por meio dos canais de comunicação da instituição como a TV Web, Rádio Web e o Jornal Impresso “Notícias da Câmara”, a audiência que eles transmitem aos cidadãos e a proporção comparativa com que eles são acessados pelos participantes da pesquisa.

Palavras-chave: Comunicação pública; cidadania; comunicação multiplataforma; Poder Legislativo.

Introdução

A Assessoria de Comunicação da Câmara Municipal de São João Nepomuceno-MG é gerenciada pelo jornalista e servidor público, Marco José de Souza Almeida, responsável pelo planejamento, coordenação e execução da política de comunicação social da instituição.

No exercício de suas atividades, a Assessoria de Comunicação produz e acompanha a produção de material jornalístico para o jornal mensal impresso “Notícias da Câmara”, produzindo também para o site da instituição direcionado à Rádio Web, TV Web e a versão online do jornal institucional, que funcionam como ferramentas de integração entre a Câmara e a sociedade. Para o bom funcionamento e gestão do processo de comunicação que é fundamental para estreitar a interação entre vereadores, os servidores

¹ Trabalho apresentado no DT07 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XXII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 22 a 24 de junho de 2017. Este texto é parte do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado Comunicação Legislativa: Métodos de Comunicação para a Câmara Municipal de São João Nepomuceno–MG apresentado à Faculdade de Comunicação Social da UFJF para obtenção de grau de Especialista em Jornalismo Multiplataforma concluído em dezembro de 2014 sob a orientação do professor Ms. Jhonatan Alves Pereira Mata.

² Mestrando em Comunicação Social na UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora (Juiz de Fora - MG). Graduado em Comunicação Social/Jornalismo (Faculdade Ubaense Ozanam Coelho). Especialista em Jornalismo Multiplataforma pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: jornalistamarcoalmeida@gmail.com.

³ Mestranda em Comunicação Social na UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora (Juiz de Fora - MG). Graduada em Comunicação Social/Jornalismo na UNIPAC - Universidade Presidente Antônio Carlos. Especialista em Jornalismo Multiplataforma pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: denisemsg@ig.com.br

e a sociedade, a Assessoria também conta com a parceria de todos os assessores legislativos da Casa no envio de sugestões de pauta para divulgação nos meios de comunicações institucionais da Câmara.

Devido à demanda de conteúdos jornalísticos que são publicados semanalmente e em diversos tipos de plataformas pelos canais de comunicação da instituição, e com o incentivo do curso de Jornalismo Multiplataforma organizado pela Faculdade de Comunicação da UFJF, surgiu a ideia de realizar-se uma pesquisa de recepção com os cidadãos que frequentam a instituição, e/ou acessam os canais a ela vinculados, para analisar como, de fato, os mesmos têm se apropriado dos discursos sobre a Câmara.

Portanto o presente trabalho é resultado da análise da comunicação interna e externa da Câmara Municipal de São João Nepomuceno – MG, através de uma pesquisa de recepção direcionada aos cidadãos, a ser realizada na própria instituição, com o objetivo de aprimorar a comunicação para o trabalho dos servidores e para a divulgação das notícias que são realizadas pela assessoria de comunicação da Câmara em prol da população.

Especificamente foi realizada uma abordagem junto aos cidadãos para levantar alguns questionamentos a respeito do desempenho dos canais de comunicação, TV Web, Rádio Web e o jornal impresso “Notícias da Câmara” que existem na Câmara Municipal e que são acessados pelo público que participa ativamente dos fatos do Legislativo Municipal.

A expressão comunicação pública tem diversos significados, dependendo do país, do autor e do contexto, e vem sendo usada recentemente no Brasil. Assim, neste estudo, será adotada a perspectiva cidadã na comunicação, a qual envolve assuntos de interesse coletivo. O estudo se baseia no princípio de que a comunicação pública é voltada para o interesse público e tem como fundamento informar o cidadão, uma vez que no Brasil o conceito de comunicação pública se reafirma como sinônimo de informação na busca pela cidadania.

A expressão multiplataforma também é plurivocal e é utilizada com certa frequência na contemporaneidade, em contextos distintos. Isto porque permite ao pesquisador realizar vários tipos de intervenções nas análises de estudo, e essa expressão, que proporciona a um acontecimento de diálogo, pode então comportar o confronto de pontos de vista diferentes.

Nessa perspectiva, serão analisados os canais de comunicação da Câmara Municipal de São João Nepomuceno serão analisados de modo a apreender índices

analíticos que remetem a interfaces diversas da atividade do assessor de comunicação.

A comunicação de uma instituição pública difere daquela realizada no setor privado da mídia, porque a grande maioria dos meios de comunicação de massa depende da publicidade, pois tem nela sua principal fonte de recursos. O resultado disso é a submissão do conteúdo informativo às regras do mercado. Dessa forma, deixa-se de lado o comprometimento com o interesse coletivo, bem como o pressuposto de que a imprensa tem o dever de bem informar o cidadão para que ele possa compreender as discussões sociais, criticá-las e delas participar.

Assim, faz-se necessário realizar a comunicação entre instituições e sociedade em um contexto diferente desse, que priorize a transparência e a democratização da informação. Nesse novo cenário, o perfil das assessorias de comunicação, no caso, as de órgãos públicos, está em transformação, até mesmo em função das alterações dos modos de contato com o público e com outras instituições, e apresenta-se como meio de promoção da cidadania, na tarefa de mediar a interlocução entre a instituição pública e a sociedade.

Frente ao constante avanço dos dispositivos móveis e da internet, o jornalismo empregado a favor da comunicação organizacional estabelece-se no contexto das novas mídias, podendo ser propagado em televisão, rádio, jornal ou internet, nas mais diversas plataformas. Além disso, constantemente surgem novas ferramentas e aplicativos úteis para utilização na internet, que são apropriados por cidadãos comuns e também por veículos de comunicação, jornalistas e assessores de imprensa.

No caso da Câmara Municipal de São João Nepomuceno, os objetos de pesquisa que analisaremos são os veículos oficiais da instituição, utilizados para a veiculação de notícias como o site institucional⁴, e o jornal impresso “Notícias da Câmara” que é distribuído mensalmente, de forma gratuita, em vários estabelecimentos públicos e privados.

Assim, este estudo a busca verificar como essas ferramentas de comunicação vêm sendo empregadas pela assessoria de comunicação e se a divulgação das notícias está sendo adequada no que diz respeito à linguagem direcionada ao público presumido. Antes da análise de nosso recorte, convém retomarmos alguns conceitos caros ao nosso trabalho.

Abordagens acerca da temática escolhida

⁴ Pode ser acessado através do endereço eletrônico < www.camarasjn.mg.gov.br>.

Reestruturado no início de março do ano de 2013, o site institucional da Câmara Municipal de São João Nepomuceno-MG comporta várias sessões que direcionam o usuário a diversos módulos sobre todas as informações a respeito do Poder Legislativo Municipal.

O modelo que serviu de base para a elaboração do site não segue as normas padronizadas do Interlegis, um órgão da estrutura do Senado Federal responsável também por ações e capacitação profissional dos servidores da Casa e órgãos conveniados. O motivo pelo qual não foi utilizado o modelo padrão do Interlegis no site da Câmara Municipal foi o fato de existir, na dita câmara, um profissional concursado e capacitado na área de TI responsável pela elaboração do portal da instituição.

Isso não quer dizer a Câmara Municipal de São João Nepomuceno está na contramão do que o governo exige para a formulação de um site, e sim porque o Interlegis proporciona ferramentas para facilitar a administração de portais eletrônicos mesmo para quem não tenha experiência quanto aos procedimentos técnicos. O que significa dizer que, mesmo que uma Câmara não possua em seu quadro de funcionários um profissional de TI, não será difícil de administrar uma página que já se encontra previamente preparada para inserção do servidor que irá operá-la.⁵

O Portal Eletrônico da Câmara Municipal de São João Nepomuceno foi elaborado por um funcionário da própria instituição, técnico em tecnologia da informação, cuja à finalidade na realização e produção do site foi proporcionar ao cidadão uma maior comodidade no quesito de navegação entre suas sessões dispostas na página inicial, segundo informações dadas pelo próprio responsável técnico, o servidor Rodrigo Caçador.

A Figura 1(abaixo) apresenta o *layout* do site da Câmara Municipal de Catanduva-SP, primeira instituição legislativa a utilizar o modelo Interlegis:

⁵ O Portal Modelo do Interlegis esclarece que: “O principal objetivo deste produto é oferecer às casas legislativas uma ferramenta que permita que as mesmas publiquem diversos tipos de conteúdo na Internet, aumentando a transparência de suas atividades e a interação com a sociedade. O Portal Modelo oferece uma organização padronizada de informações, que pode ser personalizada. O seu sistema de gerenciamento de conteúdo permite que qualquer pessoa, mesmo sem conhecimento das linguagens e técnicas da Internet, possa publicar notícias, documentos, imagens e eventos da casa, entre outros tipos”. Maiores informações através do endereço eletrônico: <(http://www.interlegis.leg.br/produtos_servicos/tecnologia/produtos/portal-modelo)>. O site que mostra o protótipo do Portal Modelo pode ser acessado por meio do endereço eletrônico <http://portalmodelo.interlegis.gov.br>.



Figura 1: Site da Câmara Municipal de Catanduva-SP, <www.catanduva.sp.leg.br>



Figura 2: Página Inicial do Site da Câmara Municipal de São João Nepomuceno, <www.camarasjn.mg.gov.br>.

A Figura 2 (acima), por sua vez, mostra o *layout* da página inicial do site da Câmara Municipal de São Nepomuceno. Em sua página inicial, na parte superior, o site disponibiliza o acesso aos três canais de comunicação, entre eles o jornal “Notícias da Câmara”, em sua versão online, que remete aos assuntos que acontecem mensalmente no Poder Legislativo Municipal e é disponibilizado também em versão impressa, distribuída nos estabelecimentos do Município.

As transmissões das reuniões ordinárias e extraordinárias acontecem, ao vivo, pela TV WEB e são destinadas aos cidadãos que por algum motivo não estejam presentes nas reuniões do plenário da Casa de Leis. Toda a primeira e penúltima terça-feira do mês, as sessões são transmitidas sem edição e sem cortes, mas não ficam armazenadas para posteriores consultas por determinação regimental, salvo por solicitação do cidadão como exposto no Projeto de Resolução Nº 03/2013, Artigos 1º e 3º, disponível para consulta no site da Câmara Municipal de São João Nepomuceno-MG:

“Art. 61-A – As reuniões previstas nos incisos I, II e III do artigo anterior serão devidamente gravadas através de dispositivo audiovisual e disponibilizadas no sítio eletrônico oficial do Poder Legislativo Municipal, na forma e nos prazos a serem definidos por resolução específica.” Art. 3º O inciso XI do artigo 21 do Regimento Interno da Câmara Municipal passa a ter a seguinte redação: “XI – autorizar a transmissão por rádio ou televisão, bem como a gravação por meio de dispositivo audiovisual, de sessões da Câmara.” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO, 2013, p. 1)

Outra mídia importante é a Rádio WEB, que complementa as notícias extras que acontecem não só nas reuniões de plenário, mas também em reuniões itinerantes, nos distritos do Município, e sessões solenes do legislativo. Os programas são gravados e disponibilizados no site, com o único intuito de ser utilizado para a comunicação entre a Câmara Municipal e os internautas.

Além dos veículos de comunicação citados, o site da Câmara Municipal de São João Nepomuceno-MG conta com várias sessões que relatam a história e o papel do Poder Legislativo Municipal, a formação da Mesa Diretora, os servidores da instituição, agenda e contatos na Sessão Câmara Municipal.

Já na sessão Vereadores, o internauta tem acesso à gestão legislativa que está atuante no momento, partidos e lideranças, comissões, legislaturas, galeria de ex-presidentes e galeria de ex-vereadores. Na Sessão Câmara Transparente, o cidadão tem acesso aos links de licitações, portal da transparência, balancete de receitas, despesas, movimento numerário e acesso à informação.

O site também disponibiliza a Sessão do Processo Legislativo que conta com a produção do legislativo, pauta e atas das reuniões. Outra sessão importante é a Sessão Legislação que conta com a disponibilização da Lei Orgânica Municipal, Código de Posturas, Regimento Interno, Portarias, Resoluções, Leis Municipais e Leis Complementares.

Ao centro da *homepage*, o site contém banners que disponibilizam as notícias atualizadas do Legislativo: ao clicar na foto de capa, além da matéria, o usuário terá acesso a uma galeria de fotos do que aconteceu no evento, datas das próximas sessões, biografia de cada vereador da legislatura vigente, a história da cidade, agenda, transparência, fale com a Câmara, além de telefones úteis e horários de ônibus intermunicipais e estaduais.

No rodapé da página estão links de todas as notícias disponíveis desde a reinauguração do site que aconteceu em março de 2013, até o presente.

Considerando que a discriminação desses conteúdos reforça que a WEB veio

como um novo meio, com características próprias, as empresas tradicionais encararam como uma nova ferramenta de distribuição de conteúdos, que originalmente produzidos em outros formatos (ALVES, 2006). Alves afirma que os modelos tradicionais dos meios de comunicação, jornais, TV, rádio e revistas foram adotados pela Web, apontando que:

O modelo dos jornais diários foi naturalmente adotado como metáfora para a organização e apresentação dos conteúdos naquele novo ambiente gráfico da Internet, um meio ainda precário e com predominância de texto. A página inicial (home page) assemelhava-se à tradicional primeira página dos jornais, e as camadas interiores de conteúdo reproduziam as mesmas seções da edição em papel. Até mesmo as emissoras de rádio e televisão e as revistas seguiram mais ou menos esse mesmo modelo, quando criaram seus sítios na web (ALVES, 2006, p. 93).

Para Pase (2008), os processos de digitalização das mídias transformaram a comunicação. Além da Internet, as transmissões da TV Digital provocaram mudanças nos meios, paralelo às alterações observadas na cultura. As alterações do componente cultural, importantes para que seja realizada a troca de informações, são resgatadas com a formação de um olhar sobre a cultura digital. Processos como a implantação do novo sistema, no caso específico da Câmara Municipal de São João Nepomuceno, foram desenvolvidos sintonizando interesses e diante de uma perspectiva tradicional.

A rádio é um excelente meio de transmissão e difusão de informação que tem a finalidade de atingir um público muito variado de cidadãos com diferentes níveis culturais e sociais; além disso, é de fácil manuseio e a aquisição de um aparelho é muito viável pelo custo.

Para Wolton (2003), a rádio é um meio de comunicação extraordinariamente rico com uma narrativa singular e, para muitos, fascinante. Tradicionalmente conhecida como um meio imediato e irrepetível, a rádio, com advento da Internet, pôde redefinir-se. Quando falamos de rádio web, este deixa de ser um canal de comunicação de massas, pois o acesso ao rádio na web é restrito a quem possui um computador e conexão à Internet.

André Fagundes Pase, por sua vez, descreve que: “O vídeo online é um elemento contemporâneo e sintonizado com a cultura das redes, passível de atualizações e calcado no contexto de um público não mais apenas receptor” (PASE, 2008, p. 8).

Em seu artigo o autor Hérís Arnt (2002) aponta que:

O sistema digital de informação, colocado em funcionamento através da Internet, deve ser analisado em sua dupla perspectiva: como fonte primária de informação – condição de acessibilidade aos dados – e como sistema de ordenação e transmissão de notícias. Segundo o pesquisador na área do

jornalismo digital, J.M. Charon, a tendência, nos diversos países tem sido a integração das redações do jornal impresso e online. (ARNT, 2002, p. 2)

Mediante essas informações, a análise do site e do jornal impresso trarão para a pesquisa um direcionamento como apontam Orlandi e Lagazzi-Rodrigues (2006):

A análise do discurso, sem adjetivo, tem instrumentos teóricos e metodológicos para trabalhar com objetos de análise, materiais de análise, corpora, textos de qualquer natureza material significativa. Basta refletir sobre a relação entre o dispositivo teórico e o dispositivo analítico da interpretação (ORLANDI; LAGAZZI-RODRIGUES, 2006, p. 16)).

Para Orlandi e Lagazzi-Rodrigues, a natureza do material significativa é importante na maneira como construímos nosso dispositivo analítico. Faz parte da relação entre o dispositivo teórico e o analítico refletir sobre a natureza do material analisado. Materiais diferentes exigem modos de construção do dispositivo diferentes e esta é uma das tarefas do analista (ORLANDI; LAGAZZI-RODRIGUES, 2006).

As afirmações feitas por Orlandi e Lagazzi-Rodrigues (2006) determinam, de maneira clara, os procedimentos que foram utilizados nesta pesquisa quanto à teoria proposta e à abordagem realizada ao público que participou da mesma. É sobre esses procedimentos e a que resultados eles nos levaram que nos debruçaremos a seguir.

Metodologia empregada e resultados preliminares

Moraes afirma que poderia haver várias formas de categorizar possíveis objetivos de pesquisas realizadas utilizando análise de conteúdo. Entretanto historicamente estes têm sido definidos em seis categorias, levando em consideração os aspectos intrínsecos da matéria prima desta análise, do contexto a que as pesquisas se referem e das inferências pretendidas. Esta classificação se baseia numa definição original de Laswell, em que este caracteriza a comunicação a partir de seis questões: 1) Quem fala? 2) Para dizer o que? 3) A quem? 4) De que modo? 5) Com que finalidade? 6) Com que resultados? (MORAES, 1999).

A definição de objetivos de uma análise de conteúdo a partir deste esquema ou de outro não implica em ater-se a uma destas categorias. Pesquisas poderão direcionar-se ao mesmo tempo para duas ou mais destas questões. Do mesmo modo, os métodos e técnicas de análise poderão variar em função dos objetivos propostos. A percepção do conteúdo e de modo especial as inferências atingidas dependem dos objetivos propostos (MORAES, 1999, p. 10).

Utilizando esta definição podemos categorizar os objetivos da análise de conteúdo a partir da orientação direcionada a cada uma dessas seis questões:

- 1) *Quem fala?* Visa investigar quem é o emissor da mensagem. Este estudo será efetuado tomando como base a mensagem, a partir da qual se procurará determinar características de quem fala ou escreve, seja quanto à sua personalidade, comportamento verbal, valores, universo semântico, características psicológicas ou outras. Neste caso de certo modo, avança-se na hipótese de que a mensagem exprime e representa o emissor. Frente a este objetivo faz-se inferências do texto ao emissor da mensagem.
- 2) *Para dizer o quê?* O estudo direciona-se para as características da mensagem propriamente dita, seu valor informacional, as palavras, argumentos e ideias nela expressos. É o que constitui uma análise temática.
- 3) *A quem se dirige a mensagem?* Neste caso, a investigação focaliza o receptor, procurando inferir as características deste, a partir do que lê ou ouve. Indicadores e características da mensagem originam inferências sobre quem recebe.
- 4) *Como?* Busca analisar a forma como a comunicação se processa, seus códigos, seu estilo, a estrutura da linguagem e outras características do meio pelo qual a mensagem é transmitida.
- 5) *Com que finalidade?* Questiona sobre os objetivos de uma dada comunicação, sejam explícitos ou implícitos. Analisar a finalidade é, novamente, orientar-se para o emissor, mas no sentido de captar as finalidades com que emite uma determinada mensagem, sejam eles manifestos ou ocultos.
- 6) *Com que resultados?* Procura identificar e descrever os resultados efetivos de uma comunicação. Os objetivos não coincidem necessariamente com os resultados efetivamente atingidos e, assim, a pesquisa pode também explorar a questão da congruência entre fins e resultados.

Adequando-se a pesquisa à algumas dessas características relacionadas por Moraes, será verificado através de gráficos o número de usuários que participaram da pesquisa e acessam os canais de comunicação da Câmara Municipal de São João Nepomuceno, o nível de escolaridade, o setor de trabalho, a classificação do gênero, o canal de comunicação preferido e a frequência com que esses canais são acompanhados.

Ao verificar os dados da pesquisa, nota-se que a tomada de consciência por parte do cidadão é extremamente importante para que ele tenha a capacidade de identificar as suas reais necessidades, bem como as da comunidade, para que sejam atendidas as suas

reivindicações e para que, em contrapartida, o serviço público possa ser útil ao cidadão e à comunidade assistida.

Para Martins Jr. (2004, p. 294), através da participação popular “o administrado conhece a intenção administrativa e suas intenções; participa da gestão pública, influenciando no respectivo processo”. (MARTINS JR., 2004, p. 294) Para Denhart e Denhart (2000), o novo serviço público presume a busca ao interesse do cidadão e da comunidade, alicerçado em sete princípios chave, a saber: servir ao cidadão, não a consumidores; visar o interesse público; priorizar o serviço público e a cidadania em detrimento do empreendedorismo; pensar estrategicamente e agir democraticamente; reconhecer a *accountability* (responsabilidade); servir em vez de dirigir e, por último, dar valor às pessoas, não apenas à produtividade. (DENHART, 2000, p. 549-559).

Nesse sentido, verifica-se a relevância do processo de acompanhamento de notícias públicas veiculadas no site da Câmara Municipal de São João Nepomuceno – MG, bem como do reconhecimento dos papéis a serem desenvolvidos pelo governo e pelos cidadãos. Cada qual assumindo postura ética, responsabilidade social e controle social. Os resultados da pesquisa mostram que cada vez mais, a comunicação entre instituições e sociedade se faz necessária, em um contexto em que a transparência e a democratização da informação, em especial, dos órgãos públicos, apresentam-se como meios de promover a cidadania e de cumprir o papel de bem informar o cidadão.

Nesse cenário, o perfil das assessorias de comunicação, no papel de interlocução entre a instituição pública e sociedade, está em transformação. Nessa mudança, surgiu, de forma latente, o conceito de comunicação pública.

A respeito disso, a jornalista Henrienne Barbosa (2014), em artigo intitulado Poder Judiciário e comunicação democrática, afirma que:

A sociedade é o motivo maior da existência dos Poderes Públicos. Nada mais justo, portanto, do que não medir esforços para aproximar-se dela e prestar contas à população. E uma das formas mais transparentes de prestar contas é comunicando atos, deixando claro como se dá seu funcionamento, quais serviços a instituição presta, como a sociedade pode fazer valer seus direitos e utilizar-se daquele Poder. (BARBOSA, 2014, p. 2)

Nesse contexto, Brandão (2006) também reforça o papel das assessorias de comunicação – nos órgãos governamentais – na divulgação da expressão comunicação pública como sinônimo de informação na busca pela cidadania.

A comunicação pública se faz crescer no espaço público e requer transparência, além de pressupor troca, pois o cidadão não é somente receptor, mas também emissor,

uma vez que o processo comunicativo deve se desenvolver guiado pelas necessidades e expectativas do público. (ZÉMOR, 1995, p.5)

O mesmo autor divide as formas da comunicação pública em cinco categorias, baseadas no direito à informação:

- 1) responder à obrigação que têm as instituições públicas de levar informação a seus públicos; 2) estabelecer a relação e o diálogo de forma a desempenhar o papel que cabe aos poderes públicos, bem como para permitir que o serviço público atenda às necessidades do cidadão de maneira mais precisa; 3) apresentar e promover cada um dos serviços oferecidos pela administração pública; 4) tornar conhecidas as instituições, tanto por uma comunicação interna quanto externa; 5) desenvolver campanhas de informação e ações de comunicação de interesse geral. (ZÉMOR, 1995, p. 5)

Seguindo as respostas obtidas pelos cidadãos, fica claro que a comunicação pública ocorre em um espaço formado pelo fluxo de informação e de interação entre agentes públicos e atores sociais – governo, Estado e sociedade. Assim, a comunicação pública trata de:

[...] compartilhamento, negociações, conflitos e acordos na busca do atendimento de interesses referentes a temas de relevância coletiva. A Comunicação Pública ocupa-se da viabilização do direito social coletivo e individual ao diálogo, à informação e expressão. Assim, fazer comunicação pública é assumir a perspectiva cidadã na comunicação envolvendo temas de interesse coletivo (DUARTE, 2003, p.10).

A comunicação pública seria então um instrumento de melhora da vida das pessoas, por meio da democratização da informação, uma vez que o interesse público e a cidadania passam a ser privilegiados no processo comunicativo. Assim, surge um cidadão consciente e participante do processo de decisão, e não apenas um mero receptor ou usuário de serviço.

Duarte (2003) acredita que tanto a existência de recursos públicos quanto a de interesse público demonstram a necessidade de atender às exigências da comunicação pública. Logo, o assunto está ligado aos conceitos de cidadania, democracia, de participação e de interesse público. A seguir, apresentaremos os dados resultantes da análise dos instrumentos utilizados na pesquisa.

De acordo com a identificação dos participantes deste estudo, observa-se que se constituem em um grupo efetivo composto por 102 entrevistados. Os entrevistados da pesquisa são cidadãos que frequentam as reuniões da Câmara de várias categorias sociais e de diversos setores públicos e privados. Duas pessoas não responderam ao questionário,

alegando não disporem de tempo por razões profissionais ou pessoais.

Assim, através das respostas obtidas foram algumas análises a fim de se chegar a conclusões relacionadas aos objetivos desta pesquisa. Destacando que as análises realizadas se baseiam no conjunto de todas as variáveis encontradas durante a revisão bibliográfica, buscando investigar como a empresa visualiza e gerencia seu capital de relacionamento.

Dos entrevistados, 100% afirmaram ter acesso a algum dos meios de comunicação da Câmara, sendo que, com relação à escolaridade, 23% possui Ensino Superior, 35% Ensino Fundamental e Ensino Médio, 42%.

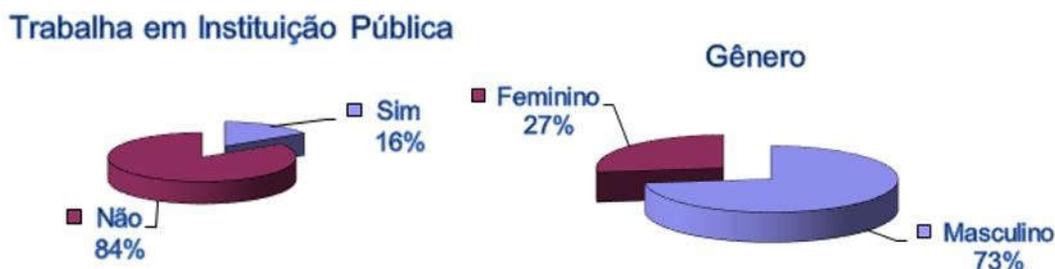


Gráfico 1: a) Trabalha em Instituição Pública; b) Gênero do respondente

O gráfico 1 demonstra que apenas 16% dos respondentes trabalham em instituições públicas, enquanto 84% trabalham na iniciativa privada. Com relação ao gênero, a maioria (73%) é do sexo masculino contra 27% do sexo feminino.

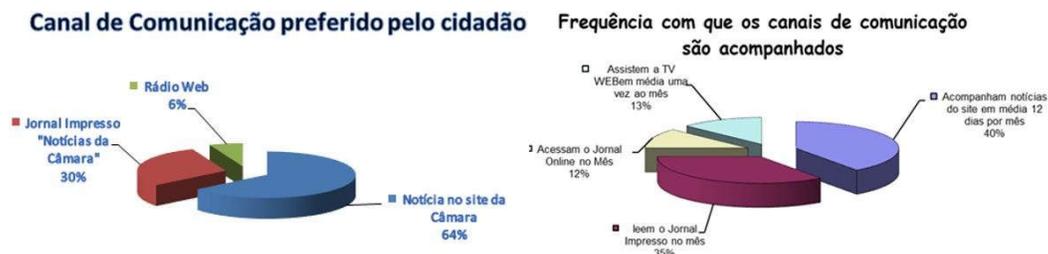


Gráfico 2: a) Canal de comunicação preferido; b) Frequência com que os canais de comunicação são acompanhados

O canal de comunicação preferido pelo cidadão para se informar com relação aos serviços e notícias da prefeitura é, em primeiro lugar, o site da câmara (64%), em segundo lugar, 30% no jornal impresso e na Rádio Web, 6%. Em 1º lugar na preferência dos usuários (leitores) o canal com mais acesso e preferência do cidadão são as notícias do site da Câmara com 48% da preferência. A frequência com que esses canais são acessados pelos usuários contém variáveis pela disponibilização de datas das reuniões

como a TV Web que é transmitida apenas duas vezes por mês.

O site oficial da Câmara Municipal foi o meio de comunicação preferido pelos entrevistados por conter todas as informações como as notícias das reuniões e pesquisas sobre receitas e despesas do legislativo municipal entre outros links de acesso inseridos na página inicial.

Na pesquisa, as notícias do site da Câmara ganham a preferência dos leitores por estar inserida na página inicial e conter vários ícones que direcionam a todas as informações disponíveis sobre a instituição, incluindo a TV Web, transmitida, ao vivo duas vezes por mês, e a Rádio Web com notícias complementares e gravadas, além do Jornal mensal online. Destaca-se também a preferência do público pelo jornal impresso da instituição que é disponibilizado mensalmente com cerca de mil exemplares distribuídos em estabelecimentos públicos e privados.

O jornal impresso da Câmara demonstra a necessidade de atingir a população como um todo. Isso surge da ideia de que nem todos os cidadãos tem acesso à internet, promovendo assim a cidadania aos lugares mais inacessíveis pela Web, como em alguns lugares das zonas rurais.

A entrevista foi realizada com o público presente nas reuniões da instituição através de questionários, com perguntas idênticas a todos os entrevistados. Nota-se que a maioria do público entrevistado e presente nessas reuniões é do gênero masculino como apresentado nos gráficos. Nesta análise também foi observado que pessoas com diferentes níveis de escolaridade frequentam as reuniões e acessam alguns dos tipos de canais da instituição. Independente da porcentagem acredita-se que é um excelente referencial para demonstrar que a sociedade em geral manifesta-se de alguma forma pelos seus direitos como cidadãos.

Considerações Finais

Com o surgimento da rede mundial de computadores, a notícia se tornou cada vez mais instantânea, obrigando assim, que a Câmara Municipal de São João Nepomuceno – MG mudasse o jeito de fazer comunicação e iniciando, então, o investimento em canais de comunicação multiplataforma.

A Lei Federal nº 12.527/2011, que regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas ao cidadão, foi também a propulsora para que os órgãos governamentais se reorganizassem de forma a gerir com mais objetividade e transparência a sua comunicação. Conforme está exposto em seu Art. 5º é dever do

Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos de objetivos ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.

Considerando que a comunicação multiplataforma é uma fórmula inovadora de se trabalhar o jornalismo na web, e que para alguns teóricos ela diz respeito à convergência dos formatos tradicionais das mídias em um site (som, imagem e redação), a fim de complementar, ou apenas informar com mais recursos a notícia, nota-se que existem várias possibilidades de aprimorar ainda mais os recursos de comunicação disponibilizados pela Câmara Municipal de São João Nepomuceno e direcionados ao cidadão.

Várias questões têm sido postas por teóricos da área, procurando caracterizar as principais especificidades desse meio em relação à sua versão impressa, remetendo-nos a pensar o jornalismo online de um modo mais amplo, A internet como meio de comunicação possui formas distintas de abrangência ao público que pode acessá-la, bem como diversos métodos para prender a atenção do mesmo em seu conteúdo. Portanto, ao verificarmos a pesquisa realizada com os cidadãos e a teorias apresentadas no trabalho, notamos que os formatos dispostos no site da instituição, Rádio Web, TV Web, o Jornal “Notícias da Câmara” na sua versão online e impresso integram-se para ampliar a divulgação das notícias.

Portanto, conclui-se pela pesquisa registrada em gráficos e o material teórico referendado por autores da área que a assessoria de imprensa da instituição está comprometida com a informação social, ao contrário da assessoria empregada na década de 70 com o simples interesse de estimular a comunicação em favor da autoridade política.

Porém, deve-se observar que a partir desta análise de conteúdo poderemos posteriormente colocar em prática o uso de novas ferramentas de comunicação como, por exemplo, hiperlinks, página nas redes sociais que podem agregar novos meios de disposição de conteúdos junto aos canais citados na pesquisa, com o intuito de facilitar o acesso e atender a demanda crescente de usuários conectados na Web, objetivando promover ainda mais a comunicação da instituição perante a sociedade.

Nos últimos anos, com a implantação de estruturas de comunicação na Câmara e com o trabalho desenvolvido pela Rádio Web, Jornal Impresso e Notícias no Site da Câmara, o Legislativo começa a marcar presença na comunicação governamental. Assim, mostra-se também a importância da estruturação das assessorias, com o intuito de

garantir o desenvolvimento de ações que possam ir além do modelo já ultrapassado de Assessoria de Imprensa, visando à inclusão social e à democratização da informação. Afinal, para exercer a democracia, a sociedade precisa estar informada.

Referências

ALVES, Rosental Calmon. Jornalismo digital: Dez anos de web... e a revolução continua. **Comunicação e Sociedade**, vol. 9-10, 2006, pp. 93-102. Disponível em: <<http://revistacomsoc.pt/index.php/comsoc/article/viewFile/1157/1100>>. Acesso em: 20 Mar. 2017.

ARNT, Hérís. Do jornal impresso ao digital: novas funções comunicacionais. In: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **Anais do XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Salvador: 1 a 5 Set 2002. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2002/Congresso2002_Anais/2002_NP2ARNT.pdf>. Acesso em: 20 Mar. 2017.

BARBOSA, Henrienne. **Poder judiciário e comunicação democrática**. Disponível em: <<http://www.comtexto.com.br/artigohenriannepoderjudiciario.htm>>.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO. **Resolução N° 03/2013**. Disponível em: <http://www.camarasjn.mg.gov.br/site/images/documentos_site/RESOLUCOES/Resolucao032013.pdf>. Acesso em: 20 Mar. 2017.

DENHART, R. B.; DENHART, J, V, **The new public service: serving rather than steering**. **Public Administration Review**. V. 60, n. 6, p. 549-559, nov/dec 2000.

MARTINS JÚNIOR, Wallace Paiva. **Transparência Administrativa – Publicidade, Motivação e Participação Popular**. São Paulo: Saraiva, 2004.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

ORLANDI, E.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (Orgs.) **Discurso e textualidade**. Campinas: Pontes: 2006. Disponível em: <<http://www.sergiofreire.pro.br/ad/Orlandi-AD.pdf>>. Acesso em: 20 Mar. 2017.

PASE, André Fagundes. **Vídeo online, alternativa para as mudanças da TV na cultura digital**. 2008. Tese (Doutorado em Comunicação Social). Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

WOLTON, Dominique. **Internet, e depois? Uma Teria Crítica das Novas Mídias**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

ZÉMOR, Pierre. **La communication publique**. Paris: PUF, 1995. Trad. resumida Elisabeth Brandão. Disponível em: <www.ucb.br/comsocial/mba/ComunicacaoPublicaPierreZemor_traducao.pdf>.